

**HABEAS CORPUS Nº 518.507 - PR (2019/0187032-1)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**LUIS GUSTAVO FAGUNDES PURGATO - SP293114**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE : RICARDO DOS SANTOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME ANTECIPADO. AUSÊNCIA DO REQUISITO OBJETIVO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO ART. 112 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. PLEITO DE APLICAÇÃO DO RE N.º 641.320/RS. FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL FECHADO. HIPÓTESE DISTINTA DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA SÚMULA VINCULANTE N.º 56. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado em favor de RICARDO DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná proferido nos autos do Agravo de Execução Penal n.º 0011096-64.2019.8.16.0021.

Consta nos autos que o Juízo das Execuções Penais indeferiu o pleito defensivo de antecipação da progressão de regime ao Apenado que se encontra em regime fechado.

Inconformada, a Defesa interpôs o citado agravo perante o Tribunal de origem, que foi desprovido nos termos do acórdão assim ementado (fl. 15; sem grifos no original):

**"AGRAVO EM EXECUÇÃO. PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME PARA MENOS GRAVOSO. IMPOSSIBILIDADE. REQUISITO OBJETIVO NÃO CUMPRIDO. APENADO QUE CUMPRE PENA EM ESTABELECIMENTO ADEQUADO. SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA. FUNDAMENTO QUE NÃO SE PRESTA PARA ESSE FIM. CONCESSÃO ANTECIPADA DO BENEFÍCIO QUE NÃO SE MOSTRA ADEQUADA. RECURSO CONHECIDO E MÉRITO DESPROVIDO."**

Segundo a Defesa, "*considerando o cumprimento de 12 anos, 02 meses e 20 dias de pena, a previsão de progressão para o regime aberto em 29.12.2019 (cerca*

# Superior Tribunal de Justiça

de 6 meses) e o bom comportamento carcerário, conclui-se que o paciente faz jus ao regime semiaberto harmonizado com a monitoração eletrônica (RE 641.320/RS; art. 146-B da LEP; do art. 2º, § 2º, do Decreto Estadual 12.015/2014), razão pela qual o ato coator é ilegal" (fl. 13).

Requer "a concessão da ordem de habeas corpus para o fim de cassar o ato coator por ofensa ao art. 146-B da LEP, ao art. 2º, § 2º, do Decreto Estadual 12.015/2014 e, especialmente, aos parâmetros fixados no RE 641.320/RS" (fl. 14).

Foram prestadas informações às fls. 39-51; 69-72.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do habeas corpus ou, caso conhecido, pela denegação da ordem, em parecer que recebeu a seguinte ementa (fl. 57):

"HABEAS CORPUS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONSTITUCIONAL PARA CABIMENTO DE HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME ANTECIPADO. AUSÊNCIA DE REQUISITO OBJETIVO. PRISÃO DOMICILIAR. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO ART. 117 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO WRIT E, CASO CONHECIDO, PELA DENEGAÇÃO.

– A jurisprudência do STJ e do STF assentou o entendimento de que o habeas corpus não deve ser conhecido quando consistir em utilização inadequada da garantia constitucional, em substituição aos recursos ordinariamente previstos nas leis processuais.

– Considerando que o apenado cumpre sua pena em regime fechado e ainda resta algum tempo até alcançar o requisito objetivo para progredir ao regime semiaberto, não há como se deferir o benefício, por ausência do preenchimento dos requisitos legais.

– Não prospera o pleito de prisão domiciliar com monitoramento eletrônico, considerando que o sentenciado não cumpriu quaisquer dos requisitos previstos no artigo 117 da Lei de Execuções Penais, que autorizariam a prisão domiciliar.

– Parecer pelo não conhecimento do Habeas Corpus e, caso conhecido, pela denegação da ordem."

É o relatório. Decido.

No hipótese em apreço, o Tribunal *a quo* negou provimento ao pleito de progressão antecipada de regime mediante os seguintes fundamentos (fls. 16-17):

"Denota-se que o apenado não cumpriu o requisito objetivo necessário para a progressão de regime, uma vez que, para a concessão desse benefício foi estabelecida a data de 29/12/2019 e, portanto, ainda

# Superior Tribunal de Justiça

*não cumpriu o percentual de 1/6 da pena imposta, faltando-lhe aproximadamente 8 meses para alcançá-lo. [...]*

*Outrossim, nota-se que o apenado cumpre pena em estabelecimento adequado, portanto não há que se falar em violação da súmula vinculante nº 56 do Supremo Tribunal Federal."*

Em informações juntadas aos autos, prestadas pelo Juízo das Execuções Penais, consta o que se segue (fl. 69; sem grifos no original):

*"Suporta **pena de 17 anos, 01 mês e 02 dias, em regime fechado, condenado em 05 ações penais**, por tráfico privilegiado, por receptação, por roubo majorado, por furto qualificado é por furto qualificado.*

*Está implantado na Penitenciária Industrial de Cascavel, unidade destinada e adequada ao regime fechado pelo DEPEN – PR, com capacidade projetada para 360 presos e lotação de 382, verificada na inspeção de março/2020.*

*Não houve pedido e julgamento de **progressão de regime**, somente modificada por sentença a data base desta para o dia 30/11/2017, então com **perspectiva a partir do dia 12/02/2022.**"*

Dos excertos acima colacionados, verifica-se que o Paciente foi condenado, em 5 (cinco) ações penais, à pena unificada de 17 (dezessete) anos, 1 (um) mês e 2 (dois) dias de reclusão, em regime inicial fechado, **estando previsto o implemento do requisito objetivo para progressão ao regime semiaberto em 12/02/2022.**

Como se sabe, a progressão de regime será concedida ao Condenado que preencher, cumulativamente, os requisitos objetivo e subjetivo, consoante o disposto no art. 112 da Lei de Execução Penal. Desse modo, ausente o primeiro, não há como se deferir o benefício.

Por outro lado, no termos da Súmula Vinculante n.º 56/STF, "[a] *falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS*". Ora, o caso dos autos não está abrangido pelo entendimento consolidado da Suprema Corte, tendo em vista que **o Paciente foi condenado ao desconto de pena em regime inicial fechado**. Isto é, a Penitenciária Industrial de Cascavel é adequada à condenação do Apenado.

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora